

## **Audiodescrição para as pessoas com deficiência intelectual**

### **Audio description for people with Intellectual Disability**

Bárbara Cristina dos Santos Carneiro<sup>1</sup>

**RESUMO:** A audiodescrição (AD) tem sido estudada e aplicada, primordialmente, para as pessoas com deficiência visual. Sabendo que essa forma de tradução audiovisual e intersemiótica também pode ser usufruída por outros públicos, o presente artigo objetivou relatar o processo da pesquisa de recepção feita com alunos das APAEs de Salvador e São Paulo que culminou na dissertação de mestrado da atual pesquisadora. A pesquisa contou com a participação de doze alunos das duas instituições, buscando identificar lacunas de compreensão geradas pelo roteiro de audiodescrição voltados às pessoas com deficiência visual quando aplicados às pessoas com deficiência intelectual. O estudo de recepção feito a fim de coletar dados que pudessem expor tais lacunas e, dessa forma, entender como um roteiro de audiodescrição poderia ser mais eficaz à essa nova audiência, baseando-se na concepção de que a audiodescrição é uma forma de tradução, que traduz imagens em palavras. A interpretação gerada durante o processo de transposição de sentidos é intrínseca ao desenvolvimento da atividade, e o audiodescritor é um mediador entre original e tradução. Dentro dessa ótica, uma audiodescrição interpretativa seria aquela explícita, onde a tradução seria composta de sentenças mais claras, que permitissem um maior grau de entendimento, diferentemente da audiodescrição descritiva, que seria uma forma de tradução mais objetiva, levando o espectador a fazer inferências sem a interferência do tradutor. As conclusões alcançadas apontaram que para as pessoas com deficiência intelectual, um roteiro de AD mais interpretativo seria indicado, uma vez que esse público tende a esquecer facilmente informações e a dispersar em momentos de concentração. O uso de itens lexicais de conceituação menos complexas também foi uma das conclusões encontradas pelo estudo. A repetição de informações como forma de fixação das mesmas seria um outro ponto a levar em consideração num roteiro voltado a esse novo público.

Palavras-chave: Audiodescrição; Deficiência Intelectual; Interpretação; Pesquisa de recepção.

**ABSTRACT:** Audio description (AD) has been studied and applied, primarily, to the visually impaired. Knowing that this form of audiovisual and intersemiotic translation can also be enjoyed by other publics, this article aimed to report the process of the reception research done with students from APAEs in Salvador and São Paulo that culminated in the master's thesis of the current researcher. The research was attended by twelve students from both institutions, seeking to identify comprehension gaps generated by the audio description script for visually impaired people when applied to people with intellectual disabilities. The reception study was done in order to collect data that could expose such gaps and thus to understand how an audio description script could be more effective for this new audience, based on the conception that audio description is a form of translation, which translates images into words. The interpretation generated during the process of transposition of meanings is intrinsic to the development of the activity, and the audio describer is a mediator between original and translation. Within this perspective, an interpretative audio description would be explicit, where the translation would be composed of clearer sentences, which would allow a greater degree of understanding, unlike descriptive audio description, which would be a more objective form of translation, leading the viewer to make inferences without the interference of the translator. The conclusions reached pointed out that for people with intellectual disabilities, a more interpretative AD script would be indicated, as this public tends to forget information easily and disperse it in moments of concentration. The use of lexical items of less complex conceptualization was also one of the conclusions found by the study. The repetition of information as a way of fixing it would be another point to take into account in a script for this new audience.

Keywords: Audio description; Intellectual Disability; Interpretation; Reception search.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Professora substituta do Curso de Língua Inglesa da Universidade do Estado da Bahia, *Campus II*, Alagoinhas.

A audiodescrição (AD) é uma modalidade de tradução audiovisual de natureza intersemiótica que visa tornar acessíveis produtos e atividades culturais de comunicação e de informação a pessoas com deficiência. A AD tem como público primário as pessoas com deficiência visual, sendo que a maioria das pesquisas feitas na área voltadas para as necessidades dessa audiência em específico. Mas, através de recentes estudos, constatou-se que a AD também pode ser útil para as pessoas com deficiência intelectual (Carneiro, 2015), autistas (Fellows, 2012) e outros públicos como idosos, além de ser utilizada para fins didáticos como auxiliar o aprendizado de uma nova língua por uma pessoa que não necessariamente tenha alguma deficiência (Silva, 2017).

A AD é, também, uma ferramenta de acessibilidade que auxilia seu público a receber informações que lhes são inacessíveis. Pode ser aplicada a atividades e produtos culturais, de comunicação e informação providos pela sociedade tais como cinema, TV, peças de teatro, performance de dança, museus, congressos e palestras, partidas de futebol, telejornais, livros didáticos, e qualquer outra atividade que tenha seu conteúdo interrompido por alguma barreira comunicacional.

Com a lei de acessibilidade de 2000, esta ferramenta de acessibilidade passa a ser obrigatória e, após o decreto 5.296 de 2004, passa a fazer parte dos lares brasileiros por meio dos televisores digitais, sendo acessada pela tecla SAP do controle remoto. Com o cumprimento da lei, que prevê o aumento gradual de horário da audiodescrição nas grades televisivas, uma demanda de profissionais cresce, fazendo com que diversos cursos de caráter introdutório surjam para formar audiodescritores. Entretanto, para que uma audiodescrição tenha sucesso e atinja seu principal objetivo, é necessário que os envolvidos na construção do roteiro tenham os requisitos necessários para serem audiodescritores. De acordo com o censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - de 2010, 23,9% da população apresenta algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, motora ou intelectual. Esse número demonstra que, no Brasil, uma grande parcela da população precisa de políticas que assegurem seus direitos e garanta autonomia para que essas pessoas possam usufruir das produções oferecidas na sociedade. A audiodescrição, para além de uma modalidade de tradução audiovisual, é um recurso de acessibilidade que permite que pessoas com deficiência possam ter acesso aos mais diferentes tipos de produtos, como mencionado acima. Dessa forma, a

qualidade da audiodescrição deve ser prezada para garantir que o público consumidor possa gozar de experiências sensoriais que não são de fácil acesso.

A partir da promulgação da lei da acessibilidade citada, muitos cursos de curta duração foram lançados com o objetivo de formar audiodescritores para a demanda do mercado. Além dos canais de televisão abertos manterem no ar 8h semanais com programas audiodescritos, a ANCINE - Agência Nacional do Cinema - decretou que todo material audiovisual produzido com patrocínio financeiro público deveria ser acessibilizado e conter os três recursos de acessibilidade: janela de LIBRAS, audiodescrição e legenda fechada para surdos. O primeiro curso de especialização em AD foi organizado pela Universidade de Juiz de Fora em 2015, e possibilitou que audiodescritores, já atuantes na área, pudessem ter uma noção maior no sentido acadêmico e pudessem refletir sobre suas práticas. O curso também propiciou discussões acerca da qualidade da formação de audiodescritores, concluindo que cursos de curta duração não seriam suficiente para capacitar profissionais qualificados na área, embora dessem suporte inicial para quem quisesse começar a audiodescrever.

No Brasil, é comum que a equipe de AD seja composta por um audiodescritor-roteirista, um audiodescritor-revisor, um audiodescritor-consultor e um audiodescritor-narrador, sendo que o roteirista pode ser o mesmo que ocupe o cargo de revisor e narrador, por exemplo, e o consultor ser preferencialmente uma pessoa com deficiência visual. A partir do trabalho em equipe, o produto final precisa ter uma linguagem acessível e que seja coerente com o produto traduzido, precisa abarcar o máximo de informação possível para que a audiência possa usufruir de forma satisfatória o material ou a atividade audiodescrita.

Com relação à aplicação da AD, pode ser de três formas: pré-gravada, ao vivo ou simultânea. Tudo dependerá da existência ou não de um roteiro. Em uma audiodescrição pré-gravada, o produto final será anexado ao texto original, como no caso de filmes, onde a AD precisa ser fixada nas cenas onde não há informações verbais orais suficientes para a compreensão da narrativa. Nesse caso, utiliza-se os momentos de silêncio ou pausas, onde não há diálogo ou recurso sonoro importantes para o enredo. Na AD ao vivo um roteiro é previamente preparado, mas pode ser modificado no momento da execução, como no caso de peças de teatro ou performances de dança. O roteiro é preparado a partir de vídeos feitos de ensaios, mas, sendo uma atividade ao vivo, imprevistos podem

ocorrer, fazendo com que o audiodescritor não esteja atento apenas ao roteiro previamente construído, mas foque sua atenção no palco. Por fim, a AD ao vivo se dá pela audiodescrição feita de imediato, uma vez que os objetos a serem audiodescritos estarão à disposição do tradutor no ato do evento.

Ainda que a audiodescrição feita atualmente seja voltada prioritariamente às especificidades do público com deficiência visual, pode beneficiar outros públicos permitindo acesso a informação e conteúdo cultural. O atual trabalho tem como objetivo relatar a pesquisa feita pela autora e os resultados alcançados. Para tanto é importante contextualizar em que âmbito se deu essa pesquisa.

### **Audiodescrição e o novo com deficiência intelectual**

Membros do grupo de pesquisa TRAMAD<sup>2</sup> (Tradução, Mídia e Audiodescrição) da Universidade Federal da Bahia, em 2010, realizaram a audiodescrição de uma peça de teatro na pequena cidade de Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Para surpresa dos audiodescritores o público com deficiência que apareceu para assistir ao espetáculo não foi o visual, mas um grupo de alunos da APAE daquela cidade. Intrigados com a efetividade do recurso de acessibilidade, os pesquisadores, após uma entrevista com o público presente e perceber a alegria das pessoas com deficiência intelectual que experienciaram a AD pela primeira vez, iniciaram um estudo piloto em 2011 com o intuito de saber se de fato a ferramenta seria útil para essa nova audiência.

A professora Eliana Franco, à época coordenadora do grupo, entrou em contato com a APAE de Santo Amaro para que pudessemos desenvolver uma pesquisa quantitativa a fim coletar dados para saber qual o grau de efetividade da audiodescrição para as pessoas com deficiência intelectual. Feito isto, exibimos um curta metragem de 12 minutos para quatro alunos dessa instituição. Importante salientar que o perfil dos estudantes foi de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que necessitaríamos de um *feedback* dos participantes. A fonoaudióloga e o coordenador, então, sugeriram que trabalhássemos com alunos que apresentassem um grau de deficiência leve, uma vez que eles teriam que ter uma capacidade cognitiva mínima para assistir a um filme e falar sobre ele.

---

<sup>2</sup> Grupo de pesquisa que a pesquisadora faz parte desde 2009.

Dois alunos com Síndrome de *Down* e deficiência intelectual leve e dois alunos com deficiência intelectual leve participaram da pesquisa, que consistia em uma entrevista prévia para traçar o perfil dos alunos, exibição do filme sem audiodescrição e aplicação de um questionário de compreensão, nova exibição do filme, desta vez usando o recurso da audiodescrição e novamente aplicação do questionário de compreensão. Ao final, um questionário sobre a qualidade da AD também foi aplicado. Os resultados deste estudo piloto evidenciaram que a AD de fato auxiliava a compreensão da narrativa fílmica por parte dessa audiência, mas não de forma satisfatória. (FRANCO *et all.*, 2015) A partir de então voltamos nossas pesquisas tanto para o público com deficiência visual quanto para o intelectual. Em 2012 elaboramos dois tipos de roteiro de AD para a exposição Jorge Amado Universal, exibida no MAM - Museu de Arte Moderna da Bahia – em Salvador. Um dos roteiros buscava tornar acessível as obras para as pessoas com deficiência intelectual, com provocações diferentes das feitas com o público primário da AD. Em 2013 executamos um outro estudo o qual objetivava saber até que ponto pessoas com baixa visão e pessoas com deficiência intelectual poderiam contribuir para a construção do roteiro de audiodescrição, fazendo com que esses públicos<sup>3</sup> não fossem apenas consumidores, mas que também fizessem parte da construção do roteiro. Pessoas com baixa visão de Salvador e alunos da APAE de Santo Amaro fizeram parte do estudo que teve lugar no MAM. Obras escolhidas da exposição *Esquizópolis* foram mostradas aos participantes e eles deveriam observar as peças e descrever o que viam. Os resultados mostraram que a pessoa com baixa visão tem que ter um percentual de visão que o permita perceber a obra de arte e, dessa forma, contribuir na roteirização da mesma. Já as pessoas com deficiência intelectual não poderiam ajudar de forma sistemática na construção do roteiro uma vez que suas narrativas não se relacionavam com as obras.

Até aquele momento, apenas as pesquisas mencionadas acima haviam contemplado as pessoas com deficiência intelectual quando da aplicação da audiodescrição, tornando nosso grupo de pesquisa pioneiro nos estudos da AD para as pessoas com deficiência intelectual. Em 2013, a presente pesquisadora iniciou os estudos no mestrado da UFBA, sob orientação da professora Eliana Franco. A pesquisa intitulada

---

<sup>3</sup> O público com deficiência visual não é apenas consumidor. Como dito anteriormente, ele tem um papel fundamental para o roteiro de AD, mas sua atuação, no Brasil, fica restrita ao produto final, quando a AD já está produzida e o consultor(a) analisa se o roteiro está claro. Na Alemanha, por exemplo, o consultor faz parte do processo de construção do roteiro de audiodescrição, indagando, debatendo e construindo o roteiro, passando de consultor a roteirista.

*Repensando o roteiro de audiodescrição para as pessoas com deficiência intelectual* buscou elencar quais elementos deveriam conter num roteiro de audiodescrição especificamente para o público com deficiência intelectual. Para tanto, o estudo piloto feito em 2011 serviu de base para a pesquisa de Carneiro, que utilizou a mesma metodologia adotada pelo primeiro estudo. Para tanto, duas APAEs do Brasil foram escolhidas a fim de sediar a replicação da pesquisa, as APAEs de Salvador e São Paulo.

### **Contexto da pesquisa**

Após a experiência na APAE de Santo Amaro da Purificação, no interior da Bahia, entendi que seria importante para a pesquisa permanecer com o mesmo padrão metodológico e, também, com o mesmo perfil de participantes. A escolha das instituições se deu pelo fato de que a pesquisadora é proveniente da cidade de Salvador e entendeu ser importante contemplar essa cidade e dar um retorno social à essa parcela da população. O contato com a APAE de São Paulo se deu através da senhora Maria Margarida Paes Cardoso Franco que, à época, era voluntária da APAE situada na Vila Clementino. Foi também escolhida para que houvesse um contraste entre duas regiões brasileiras, e como já havia um contato intermediário, optou-se por desenvolver a pesquisa nesta instituição.

Após o primeiro contato com as APAEs, o projeto foi submetido ao comitê de ética, uma vez que a pesquisa envolvia seres humanos, e a integridade física e mental dessas pessoas devem ser preservadas e asseguradas durante o processo do estudo. Após meses de tentativas, de idas e vindas com o comitê de ética da faculdade de enfermagem da UFBA, o parecer favorável foi emitido e, a partir daí, foi possível a submissão aos comitês de éticas das duas APAEs. Com todos os pareceres exigidos favoráveis, deu-se, assim, início ao desenvolvimento da pesquisa.

Em setembro de 2014 se deu a primeira etapa da coleta de dados. Como critério de pesquisa os participantes deveriam ter em torno de 20 a 40 anos, dessa forma fui encaminhada, na APAE de São Paulo<sup>4</sup>, ao SASE - Serviço Sócio Educativo da APAE de São Paulo. Lá, alunos com deficiência intelectual são preparados para o convívio social e para o exercício da cidadania. No SASE a gerente de serviço social assistencial Valquíria Barbosa bem como a terapeuta ocupacional Milena Oshiro acompanharam e contribuíram

---

<sup>4</sup> A APAE de São Paulo foi a primeira das duas instituições a responder o contato, fazendo com que o processo tivesse início primeiramente nessa instituição.

para o início e andamento da pesquisa no centro. Num primeiro momento a pesquisa foi explicada e o objetivo esclarecido, a fim de que a gerente e a terapeuta tivessem conhecimento de todo o processo e quais as demandas que a pesquisa teria.

Como indicado por Franco *et alii.* (2013), um contato prévio com os participantes se mostrou de extrema importância para que eles se sentissem à vontade no momento de assistirem aos filmes. Isso porque os alunos precisavam de uma maior confiança para falar com o pesquisador. A partir deste contato inicial, a pesquisadora, com o apoio da assistente social Valquíria e da terapeuta Milena, escolheu os seis voluntários para o estudo. O contato prévio se deu através da minha ida a algumas oficinas oferecidas pelo SASE para a preparação tanto profissional quanto social dos alunos. Também passando um tempo no pátio nos momentos de recreio dos alunos, conversando com eles e interagindo sempre que possível. A APAE de São Paulo, em especial os encarregados administrativos do SASE bem como os oficineiros, foram de grande apoio e receptividade à pesquisa em questão.

Já na APAE de Salvador, localizada no bairro da Calçada, contei com o apoio da gerente do Centro de Formação e Acompanhamento Profissional – CEFAP – Tânia Brandão, bem como o coordenador do centro de artes Antonio Marques, que, assim como na APAE de SP, me ajudaram e orientaram na escolha dos participantes da pesquisa. Todas as etapas feitas na primeira instituição foram seguidas nesse segundo momento. O CEFAP tem como objetivo preparar aqueles alunos aptos para o mercado e o centro de artes, como parte desse segmento oferece oficinas de dança, música além de artesanato. Seis alunos foram selecionados a partir das características adotadas na pesquisa e, como um dos critérios foi idade, o CEFAP, por se tratar de um órgão de profissionalização, foi sede da pesquisa em Salvador.

### **Participantes e pesquisa de recepção**

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa que envolve seres humanos, o estudo se preocupou em entender e conhecer o público alvo e participante, uma vez que a audiodescrição aqui trabalhada visa incluir essa nova audiência como usuários da mesma. Desse modo, busquei entender as particularidades das pessoas com deficiência intelectual, suas características e, também, suas desvantagens.

De acordo com A APAE SP,

A Deficiência Intelectual, segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento AAIDD, caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade<sup>5</sup>.

Apesar de estarmos em um contexto onde o entendimento sobre deficiência vem se abrangendo, o conceito que a medicina propõe ainda é o predominante e prega que as pessoas com deficiência se encaixem em diagnósticos generalizados, não levando em conta as idiossincrasias de cada indivíduo. Para a OMS, a gravidade da deficiência está ligada ao coeficiente de inteligência (QI) e como as pessoas com deficiência intelectual executam habilidades como fala, cuidados pessoais e mobilidade.

Para a presente pesquisa, o modelo social de deficiência, que entende a deficiência não como uma limitação física ou fisiológica, mas como resultado da ineficiência social e das barreiras provocadas pela organização político-social que excluem essas pessoas consideradas minorias, foi adotado pois entendemos que a deficiência está imposta às pessoas que são "diferentes" aos demais cidadãos da sociedade atual. (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010) Essa abordagem reflete, assim, um dos passos da pesquisa, que é o de se aproximar dos voluntários antes do desenvolvimento da pesquisa, para conhecê-los e ganhar a confiança dos mesmos.

Com base nas orientações dos funcionários das duas APAEs e das características dos participantes, 12 alunos das duas APAEs foram escolhidos tendo como critério que apresentassem em seus diagnósticos um grau leve de deficiência, pois, dessa forma, poderiam dar *feedback* quanto aos questionários e às perguntas feitas durante a pesquisa. A OMS entende a deficiência intelectual leve aqueles "casos perfeitamente educáveis. Podem chegar a realizar tarefas mais complexas com supervisão. São os casos mais favoráveis." (BALLONE, 2007) Seis alunos com síndrome de *Down* e seis com deficiência intelectual leve foram escolhidos, independente de seus gêneros, apenas obedecendo o critério etário.

Num primeiro momento os alunos responderam a um questionário de perfil, para que pudéssemos mapear seus costumes como telespectadores e conhecer mais cada participante. Perguntas pessoais como com quem eles moravam, ou se trabalhavam e estudavam foram indagadas a fim de saber como se dava o convívio com a família e que

---

<sup>5</sup> Texto retirado do site institucional da APAE São Paulo, na sessão Sobre a Deficiência Intelectual, disponível em: <<http://www.apaesp.org.br/pt-br/sobre-deficiencia-intelectual/Paginas/o-que-e.aspx>>

grau de escolaridade apresentavam. No que tange aos costumes de assistir à TV, muitos dos alunos responderam que gostavam de assistir à filmes, novelas e programas de auditório. Essa informação foi importante pois entendemos que os alunos não se oporiam a assistir a filmes e apresentavam uma relação de convívio com a mídia televisiva.

Após o questionário de perfil, os alunos, em dias diferentes, assistiram à três curtas-metragens produzidos no Ceará, a saber: Vida Maria, Reisado Miudim e Águas de Romanza. A seguir os passos de cada etapa do estudo de recepção:

1. Responderam o questionário de perfil antes de assistir ao primeiro filme;
2. Assistiram, ao primeiro dia, ao filme Vida Maria sem AD seguido da aplicação do questionário de compreensão, e, logo após, assistiram ao mesmo filme com AD voltada para DV e aplicação do questionário de compreensão, acrescidos de perguntas sobre a própria AD;
3. Assistiram, ao segundo dia, ao filme Reisado Miudim sem AD seguido da aplicação do questionário de compreensão, e, logo após, assistiram ao mesmo filme com AD voltada para DV e aplicação do questionário de compreensão, acrescidos de perguntas sobre a própria AD;
4. Assistiram, ao terceiro dia, ao filme Águas de Romanza sem AD seguido da aplicação do questionário de compreensão, e, logo após, assistiram ao mesmo filme com AD voltada para DV e aplicação do questionário de compreensão, acrescidos de perguntas sobre a própria AD.

Todas as etapas foram gravadas por duas câmeras, uma que captou as expressões faciais dos alunos e outra apontada para o computador, para que pudéssemos saber em que momento do filme o aluno se expressou. Todos os participantes tiveram suas necessidades priorizadas, em conformidade com o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –, o qual prevê que a pesquisa poderia ser interrompida sob a alegação de qualquer desconforto do participante. Em todas as etapas questionamos aos alunos se eles estavam bem, se gostariam de continuar ou se estavam cansados. À exceção de uma participante, todos os voluntários permaneceram em todas as etapas dos três filmes e expressaram ter gostado muito de participar e de voltar a fazer parte da pesquisa caso fosse necessário.

## **Análise dos dados e resultados**

Dentro dos Estudos da Tradução uma questão já discutida e superada é a de que a subjetividade do tradutor possa influenciar no produto final da tradução. Entretanto, nos estudos da Tradução Audiovisual (TAV), em particular da audiodescrição, esse debate existe e está bastante em voga. Para alguns autores na área, que não necessariamente pertencem a área da TAV, a subjetividade do tradutor pode interferir de forma negativa na tradução das imagens, impondo sua interpretação e limitando a interpretação do público alvo.

A interpretação feita durante um processo tradutório é intrínseca e inevitável, pois o tradutor, a seu modo, buscará mostrar à audiência as imagens que informam e emocionam, fazendo dele/a um mediador. Além de a interpretação ser característica própria de cada pessoa, que percebe o mundo diferentemente, a tradução de imagens em palavras não intenciona "dar" ao espectador uma única forma de interpretar o filme por exemplo, uma vez que os espectadores também são interpretantes e o conhecimento de mundo de cada indivíduo permite diversas outras interpretações a partir da mediação do audiodescritor.

Nessa perspectiva, Costa (2014) indaga, em sua tese de doutorado, o que seria descrever a um mínimo de interpretação, já que na área da AD alguns teóricos aceitam a natureza subjetiva da tradução, mas sugerem que o tradutor/audiodescritor reduza essa interpretação a um mínimo, contemplando apenas aquilo que seja essencial para a construção mental da obra. De acordo com Braun (2007), interpretar seria explicitar o que se vê, expressar opinião acerca da obra. Já descrever seria uma forma mais objetiva de traduzir, sem emissão de opiniões e, desse modo, menos subjetiva. Todas as duas formas levariam ao espectador fazer inferências acerca daquilo que está sendo descrito, entretanto, o público alvo da AD é a pessoa com deficiência visual, que, geralmente, possui suas faculdades cognitivas intactas e não apresentam dificuldades em fazer inferências.

A pesquisa aqui descrita buscou perceber em que contextos e momentos a pessoa com deficiência intelectual teria maior dificuldades quando da interpretação das cenas dos três filmes. Levando em conta que para os estudos da audiodescrição o roteiro deve ser objetivo e indicar apenas informações que levem ao espectador fazer inferências e, a partir disso, tirar suas próprias conclusões acerca da obra, entendemos que para as pessoas com deficiência intelectual esse processo poderia ser ineficiente.

De acordo com a análise dos dados e das conclusões alcançadas no estudo, entendemos que, para que esse novo público possa usufruir de forma mais eficiente um filme audiodescrito a AD deve ser mais explícita, nos termos de Braun (2007), pois essa nova audiência tende a perder o foco mais facilmente em determinadas atividades que demandem maior concentração, como no caso de assistir a filmes. De acordo com Carneiro (2015),

A audiência com DI necessita de interpretação para fazer relações entre as cenas, ou seja, para entender, por exemplo, que no curta-metragem *Vida Maria*, o personagem de Antônio é marido da personagem principal. Ou ainda no filme *Reisado Miudim*, na cena em que os meninos se dão língua e a maioria dos alunos não entende que estão brincando. Como também, no filme *Águas de Romanza*, no qual os participantes não associam os desenhos na parede como um sonho da menina. Apenas esses exemplos, que parecem ser óbvios, são capazes de demonstrar a necessidade de explicitação dessas informações para que o público alvo consiga entender o filme como um todo. Podemos relacionar essa necessidade de explicitação ao fato que a deficiência em si limite essa audiência. Entretanto, um roteiro mais interpretativo poderia ser mais efetivo para esse público. (p. 184)

Outra conclusão que se chegou foi a de que repetições são fundamentais para a fixação de informação por parte desse público. O nome dos personagens, por exemplo, foi uma das informações que os participantes, em um primeiro momento, não conseguiram lembrar e, após versão com audiodescrição, puderam relembrar com maior facilidade. Outro ponto importante para a pesquisa foi a linguagem utilizada nos roteiros de AD. Uso de termos lexicais mais complexos podem interferir na compreensão dos espectadores com DI. Por fim, a AD se mostrou bastante profícua no que tange a atenção à obra. Como os filmes eram silenciosos, durante a exibição da versão sem audiodescrição os alunos se mostraram bastante dispersos e até houve caso de um participante que dormiu. Já na segunda versão os alunos se mostraram mais atentos.

### **Considerações finais**

Em uma era onde os meios midiáticos lideram a difusão de informações e o lazer também está ligado a essa grande área, é de extrema importância que todos os cidadãos dentro de uma comunidade estejam inseridos de forma ativa e compartilhem da vida social de forma equitativa e justa. A audiodescrição é uma ferramenta de acessibilidade que não apenas dá acesso a informações de uma obra de arte, por exemplo, mas inclui e insere pessoas que estão à margem da sociedade, excluídas por estarem no mundo fora dos padrões da normalidade.

A atual pesquisa mostrou que o roteiro de audiodescrição para as pessoas com deficiência intelectual apresenta diferenças daquele feito para o público primário, indicando uma área vasta e incipiente que necessita de mais estudos acerca deste tema.

## Referências

APAE DE SÃO PAULO. Sobre a deficiência intelectual. Disponível em <http://www.apaesp.org.br/SobreADeficienciaIntelectual/Paginas/O-que-e.aspx>

BALLONE, Geraldo José. Deficiência Mental, 2007. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br>

BAMPI, Luciana, N. da S.; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elíoenai D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Revista Latino-Am. Enfermagem*. n. 18. V. 4. 2010.

BRAUN, Sabine. *Audio Description from a discourse perspective: a socially relevant framework for research and training*. *Linguistica Antverpiensia NS*, 06, 2007. p. 357- 369. Disponível em < <http://epubs.surrey.ac.uk/303024/1/fulltext.pdf>>.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamentação sobre acessibilidade às pessoas com deficiência. Planalto, 2004. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>.

CARNEIRO, Bárbara C. dos S. *Repensando o roteiro de audiodescrição para o público com deficiência intelectual*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

COSTA, Larissa Magalhães. *Audiodescrição em filmes: história, discussão conceitual e pesquisa de recepção*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2014.

FELLOWES, Judith. Espectro autístico, legendas e áudio-descrição. Tradução de Tereza R. Gomes. *Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)*, v. 13, 2012. Disponível em: < <chrome-extension://gbkeegbaiigmenfmjfcldgdpimamgkj/views/app.html>>.

FRANCO, Eliana P. C.; SILVEIRA, Deise M. M.; CARNEIRO, Bárbara C. dos S.; URPIA, Adriana. *Audiodescrição para Além da Visão: Um Estudo Piloto com Alunos da APAE*. In.: ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago, ADERALDO, Marisa Ferreira. Os novos rumos da pesquisa em audiodescrição no Brasil. Curitiba: CRV, 2013. p. 201-211.

SILVA, Manoela da; BARROS, Alessandra. Formação de audiodescritores consultores: inclusão e acessibilidade de ponta a ponta. In. Educação e contemporaneidade. *Revista da FAEBA*. v. 26, n. 50. set/dez de 2017.

Recebido em: 23/06/2020  
Aprovado em: 02/07/2020